



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

INQUÉRITO À LITERACIA FINANCEIRA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA | 2010

Apresentação dos Principais Resultados

18 de Outubro de 2010

Importância da literacia financeira

Aspectos metodológicos do inquérito

Resultados do inquérito

1. INCLUSÃO FINANCEIRA
2. PLANEAMENTO DE DESPESAS E POUPANÇA
3. GESTÃO DE CONTA BANCÁRIA
4. ESCOLHA DE PRODUTOS FINANCEIROS
5. COMPREENSÃO FINANCEIRA

Primeiras conclusões

O Banco de Portugal divulga hoje os primeiros resultados do seu Inquérito à Literacia Financeira, através do qual procurou analisar os comportamentos e atitudes da população portuguesa relativamente a questões financeiras e apurar o seu nível de conhecimentos nesta área.

O inquérito surge na sequência do reconhecimento crescente, designadamente no plano internacional, de que as decisões dos consumidores nos mercados bancários a retalho, além de efeitos financeiros individuais, têm também repercussões importantes na estabilidade macroeconómica e financeira. Além disso, as escolhas dos consumidores são cada vez mais difíceis, perante a diversidade e complexidade da oferta de produtos e serviços financeiros.

Os resultados deste inquérito constituem um primeiro levantamento das áreas em que os cidadãos revelam défices mais significativos de informação e compreensão financeira. Desse modo, são um instrumento indispensável para a definição da estratégia a desenvolver não só no domínio da literacia financeira mas também no da regulação dos mercados bancários a retalho, conduzida pelo Banco de Portugal no âmbito da supervisão comportamental.

No início do próximo ano, o Banco de Portugal publicará o relatório final do inquérito, com resultados mais detalhados e uma análise mais aprofundada.

Este inquérito é o resultado do profundo trabalho que o Banco de Portugal desenvolve desde o início de 2008, quando lhe foram especificamente atribuídas responsabilidades de supervisão comportamental, e constitui uma etapa importante para o desenvolvimento de outras iniciativas nesta área.

Importância da literacia financeira

A literacia financeira reflecte conhecimentos, atitudes e comportamentos.

Cidadãos com bons níveis de literacia financeira podem tomar decisões financeiras informadas, desde a gestão do orçamento familiar até ao planeamento de despesas e escolha de serviços e produtos financeiros adequados, passando pela aplicação das poupanças e o recurso ao crédito.

O conceito de literacia financeira vai para além dos conhecimentos financeiros habitualmente associados à gestão das finanças pessoais, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afectam os comportamentos e atitudes dos cidadãos no momento em que tomam decisões.

A necessidade de promover a literacia financeira advém, em grande parte, da crescente diversidade e complexidade dos produtos financeiros disponíveis, o que dificulta a sua avaliação e comparação pela maioria dos cidadãos. Essa complexidade está também presente nos produtos bancários mais comuns, tanto nos de poupança como nos de crédito. Por exemplo, existem nos mercados a retalho empréstimos com carência ou diferimento de capital, cuja comparação com as correspondentes alternativas mais simples nem sempre é fácil.

A literacia financeira permite gerir melhor as finanças pessoais.

Por outro lado, cidadãos mais sensibilizados para a importância da poupança e conhecedores das suas possíveis aplicações são capazes de adquirir hábitos adequados de gestão dos orçamentos familiares. Paralelamente, a aptidão para identificar necessidades financeiras e para seleccionar produtos de crédito mais adaptados a essas necessidades poderá evitar situações de endividamento excessivo com o inerente risco de incumprimento.

Uma menor capacidade para tomar decisões financeiras pode ter implicações particularmente negativas, numa conjuntura económica mais instável, de incerteza relativamente à situação do emprego e de maiores restrições no acesso ao crédito.

A recente crise global revelou a necessidade de níveis mais elevados de literacia financeira.

A importância da promoção da literacia financeira, enquanto complemento à supervisão e regulação dos mercados bancários a retalho, é reconhecida internacionalmente, em particular desde a recente crise financeira global. Esta maior ênfase resulta do facto de a crise ter revelado vulnerabilidades nesses mercados, geralmente consideradas como estando na origem ou tendo contribuído para propagar os efeitos da crise.

A elevada expansão do crédito que precedeu o eclodir da crise veio a revelar-se pouco apropriada face à capacidade financeira dos consumidores (principalmente no segmento do crédito hipotecário dos Estados Unidos) e, por outro lado, a grande complexidade de alguns instrumentos financeiros contribuiu para que o seu grau de risco não fosse adequadamente avaliado. É hoje consensual que essas vulnerabilidades poderiam ter sido minimizadas pela existência de consumidores mais aptos para seleccionar os créditos ajustados às suas capacidades financeiras e para aplicar poupanças em produtos com um adequado grau de risco.

Por outro lado, a crise financeira internacional foi acompanhada do declínio da riqueza (motivado pelas quebras registadas nos preços dos activos imobiliários e financeiros), cuja reposição implica níveis mais elevados de poupança na generalidade dos países desenvolvidos. Para o efeito, torna-se bastante importante compreender correctamente os riscos associados aos vários instrumentos financeiros e ser capaz de tomar decisões adequadas. Além disso, tem-se assistido a uma transferência acrescida de responsabilidade e risco para os consumidores na preparação das suas reformas.

Os bancos centrais atribuem importância crescente à literacia financeira.

É visível a ênfase que os bancos centrais passaram a atribuir à literacia financeira, enquanto instrumento de promoção da estabilidade macroeconómica e financeira, não só como prevenção de crises futuras mas também como forma de contribuir para uma recuperação económica sustentável.

Em muitos países, os bancos centrais têm assumido um papel relevante na promoção da literacia financeira: além de inquéritos semelhantes ao que o Banco de Portugal agora divulga, têm-se envolvido também na coordenação de estratégias nacionais de formação financeira e mesmo na definição e participação em iniciativas concretas, designadamente na formação de formadores.

Aspectos metodológicos do inquérito

Foram realizadas **2 000 entrevistas porta-a-porta em todo o território nacional**, conduzidas pela *Eurosondagem*, entre Fevereiro e Março de 2010, com uma duração média de 45 minutos. A dimensão da amostra permitiu limitar a margem de erro médio a 2,2%, com uma probabilidade de 95%.

Os entrevistados, de idade igual ou superior a 16 anos, foram estratificados de acordo com cinco critérios: género, idade, região NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), situação laboral (activo ou não activo) e nível de escolaridade.

As entrevistas basearam-se num questionário composto por 94 questões de escolha múltipla, que incidiram sobre cinco áreas temáticas:

1. INCLUSÃO FINANCEIRA;
2. PLANEAMENTO DE DESPESAS E POUPANÇA;
3. GESTÃO DE CONTA BANCÁRIA;
4. ESCOLHA DE PRODUTOS FINANCEIROS;
5. COMPREENSÃO FINANCEIRA.

A metodologia do inquérito baseou-se nas melhores práticas internacionais e procurou assegurar a qualidade dos resultados obtidos e a sua extrapolação, a partir da amostra, para o conjunto da população.

A realização de entrevistas presenciais (e não por telefone ou Internet) permitiu que o questionário abarcasse um vasto conjunto de temas, além de melhorar o processo de confirmação das respostas e suscitar a participação pró-activa dos entrevistados.

Resultados do inquérito

A informação obtida através do inquérito revela áreas em que o conhecimento financeiro da população é mais limitado; caracteriza também, com maior detalhe do que as estatísticas existentes possibilitam, os comportamentos da população quanto à poupança, à gestão do orçamento familiar, os seus hábitos de gestão da conta bancária, etc.

Além disso, o inquérito permitiu ainda obter informação sobre aspectos geralmente difíceis de avaliar de outro modo, como as percepções e atitudes relativas a factores especialmente relevantes para a tomada de decisões financeiras: por exemplo, os critérios de escolha entre produtos, a importância atribuída a cada um deles ou as motivações para a constituição de poupanças.

Os principais resultados do inquérito são apresentados por áreas temáticas. Na análise que se segue é difícil fazer comparações internacionais: além de ser reduzido o número de países onde já foram realizados inquéritos com estas características, estes são adaptados às respectivas realidades socioeconómicas. Por outro lado, sendo este o primeiro inquérito à literacia financeira realizado em Portugal, também não é possível efectuar uma comparação temporal.

O inquérito é pioneiro em Portugal e baseou-se nas melhores práticas internacionais.

Os resultados do inquérito permitem identificar prioridades de formação financeira.

A taxa de exclusão financeira em Portugal é semelhante à de outros países desenvolvidos.

1. INCLUSÃO FINANCEIRA

O acesso a uma conta bancária é considerado o principal indicador de inclusão no sistema financeiro, por ser um requisito essencial para o acesso a outros produtos e serviços bancários. É também essencial para a aquisição de alguns bens e serviços. Neste contexto, é um importante indicador de integração social.

Em Portugal, 11% dos inquiridos revelam não possuir conta bancária. Este resultado é próximo dos obtidos noutros países: 10% no Reino Unido, 15% nos EUA e 13% na Nova Zelândia.

A grande maioria dos inquiridos que referem não ter conta não fazem parte da população activa (74%) e mais de 50% têm idades entre os 16 e os 24 anos ou mais de 70 anos.

Ao indicarem a principal razão por que não têm conta bancária, 67% dos inquiridos dizem não ter rendimentos que o justifiquem e 17% referem que a conta de outra pessoa é suficiente.

2. PLANEAMENTO DE DESPESAS E POUPANÇA

A literacia financeira é fundamental para planear o orçamento familiar.

A gestão adequada do orçamento familiar pressupõe a correcta previsão dos rendimentos e o devido planeamento das despesas, com a constituição de poupanças, nomeadamente para fazer face a situações imprevistas.

Note-se que uma percentagem muito significativa (89%) dos inquiridos considera “importante” ou “muito importante” planear o orçamento familiar. No entanto, quando questionados sobre se fazem poupanças (um aspecto essencial para esse planeamento adequado), a percentagem de respostas afirmativas é bastante inferior: 52% dos inquiridos afirmam que efectuam poupanças (ainda que, destes, apenas 56% o façam de regularmente).

Embora esta situação possa ser explicada pelo facto de a primeira pergunta incidir sobre atitudes (isto é, sobre o que os inquiridos consideram ser a actuação correcta) - enquanto a segunda diz respeito ao comportamento efectivo -, também poderá reflectir que os inquiridos não consideram a poupança como um requisito necessário para planear correctamente o orçamento familiar.

Assinale-se que a percentagem de inquiridos que afirmam fazer poupanças está ao nível dos valores mais baixos registados em países que realizaram inquéritos deste tipo: 52% nos EUA ou 58% na Holanda, face a 71% na Nova Zelândia ou 82% na Austrália.

É importante referir que, embora estes resultados não sejam muito surpreendentes face às comparações internacionais de estatísticas sobre as taxas de poupança nacional, de acordo com as quais os indicadores portugueses são relativamente mais baixos, os resultados do inquérito não podem ser utilizados para retirar conclusões sobre o volume de poupança nacional: em primeiro lugar, porque a pergunta não incidiu sobre o montante de poupanças efectuadas; em segundo lugar, porque se desconhece a regularidade com que a poupança é realizada. Com efeito, procurou-se com essa pergunta aferir hábitos de poupança e até que ponto esta constitui uma preocupação da população portuguesa - e não a informação sobre taxas de poupança, que é disponibilizada por outros meios.

Neste contexto, as respostas às perguntas sobre o destino e principais motivações das poupanças parecem indicar que a população é muito pouco sensível à importância de poupar.

Assim, apenas cerca de 20% dos inquiridos afirmam poupar numa lógica de médio e longo prazo, aplicando os recursos numa conta a prazo ou noutra aplicação financeira. Com efeito, dos inqui-

Os portugueses parecem revelar pouca sensibilidade para poupar.

ridos que dizem fazer poupanças, a maioria (54%) considera como poupança o dinheiro deixado numa conta à ordem para gastar mais tarde. A prática de deixar os recursos excedentários numa conta à ordem poderá indicar alguma inércia quanto à poupança, o que normalmente decorre da falta de sensibilizada à sua importância ou do desconhecimento sobre as possíveis aplicações.

Quando questionados sobre a motivação para a poupança, a maioria dos que poupam (58%) indicam razões de precaução (ou seja, para fazer face a despesas imprevistas); 14% poupam como forma de acumulação de riqueza (para aquisição de bens duradouros ou preparação da reforma) e 15% referem objectivos relativamente imediatos, como férias e viagens.

Finalmente, as decisões quanto à poupança são determinadas também, em grande medida, por restrições financeiras: a maioria dos inquiridos que não poupam (88%) referem rendimentos insuficientes como principal razão.

3. GESTÃO DE CONTA BANCÁRIA

A gestão adequada da conta bancária é necessária para planear correctamente o orçamento familiar e evitar situações de descoberto em conta, as quais têm custos elevados. Os resultados revelam que os inquiridos se preocupam com a gestão da conta bancária e com o controlo regular dos seus saldos e movimentos: 54% afirmam controlar a conta bancária mais que uma vez por semana e 7% dizem mesmo que o fazem diariamente.

No entanto, 25% dos inquiridos com acesso a descoberto bancário afirmam que o utilizam com alguma frequência (11% com “muita frequência” e 14% com “pouca frequência”). Apesar das preocupações reveladas com o controlo e movimento de conta, o recurso a este modo de acesso ao crédito bancário, relativamente mais oneroso, poderá indicar algum desconhecimento dos seus custos e de outras alternativas de financiamento existentes no mercado.

No que se refere aos critérios de escolha do banco, poucos inquiridos (9%) referem os custos ou a remuneração esperada; antes apontam a recomendação de familiares e amigos (35%) ou critérios de ordem prática, como a proximidade do balcão de casa ou do local de trabalho (23%). Estes resultados são compatíveis com a indicação de 74% dos inquiridos de que “não sabe” ou “sabe apenas de forma aproximada” o valor das comissões que os bancos cobram pelas contas.

Os resultados sobre os critérios de escolha do banco são semelhantes aos obtidos nos EUA, em que 31% dos inquiridos referiram a recomendação de familiar, amigo ou colega e 23% a conveniência de localização do balcão do banco.

4. ESCOLHA DE PRODUTOS FINANCEIROS

A selecção de produtos financeiros adequados às necessidades e ao perfil do consumidor é indispensável para fomentar hábitos de poupança e atitudes responsáveis perante o endividamento. Dada a complexidade e a grande diversidade da oferta destes produtos no mercado, é especialmente importante que a selecção se baseie na comparação das características das várias alternativas disponíveis.

A informação pré-contratual padronizada, que é facultada ao consumidor previamente à aquisição dos produtos bancários, permite fazer a comparação de custos e benefícios. Contudo, os resultados do inquérito revelam a fraca propensão dos inquiridos para analisar e comparar produtos; e, nos casos em que o fazem, o processo de selecção é pouco ponderado.

Gerir bem a conta bancária pode evitar custos desnecessários.

A escolha de produtos deve ser adequada às necessidades e ao perfil do consumidor.

A escolha de produtos financeiros deve resultar da comparação criteriosa de alternativas.

Com efeito, a maioria dos inquiridos analisam a informação pré-contratual (83%), mas apenas 8% afirmam comparar os produtos.

Salienta-se a preocupação revelada em analisar a informação disponível. Todavia, a não utilização dessa informação para os fins a que se destina ilustra, de certa forma, a diferença existente entre o conceito de literacia financeira e o de informação financeira. De facto, a mera disponibilização de informação não significa que o destinatário apreenda conhecimentos que o ajudem a tomar decisões ou influenciem os seus comportamentos.

No que respeita aos critérios de selecção, os conselhos obtidos ao balcão do banco (54%) ou de familiares ou amigos (25%) merecem maior destaque. A importância dos bancos no aconselhamento e na informação financeira revela a confiança depositada nessas instituições, embora possa limitar a avaliação das alternativas existentes no mercado.

As fracas respostas acerca do conhecimento das taxas de juro aplicáveis aos produtos bancários que detêm confirmam que os inquiridos não ponderam atentamente as características dos produtos escolhidos. Com efeito, 69% dos inquiridos não sabem ou sabem “apenas aproximadamente” o valor da taxa de juro aplicada às suas poupanças. E esta proporção atinge os 65% no caso das taxas de juro aplicáveis a empréstimos.

De entre os critérios de escolha do crédito à habitação, apenas 4% dos inquiridos indicam a taxa anual efectiva (TAE) – medida que engloba todos os encargos obrigatórios associados ao crédito – e 18% mencionam a taxa de juro.

No que respeita ao crédito ao consumo, 23% dos inquiridos referem como mais relevante a comodidade da obtenção de empréstimo no local de aquisição do produto, o que revela a importância dos “pontos de venda” na intermediação do crédito, resultante de alguma inércia na escolha de produtos bancários. Destaca-se, contudo, que o valor da prestação é o critério mais referido de escolha do empréstimo, seja para habitação seja para consumo.

No caso dos detentores de cartões de crédito, dos 43% que não pagam a totalidade do saldo em dívida no final do mês apenas 22% dizem saber qual o valor exacto da taxa de juro associada ao cartão.

5. COMPREENSÃO FINANCEIRA

A sobreavaliação de conhecimentos pode levar a decisões financeiras incorrectas.

As perguntas relativas à compreensão financeira procuraram avaliar directamente os conhecimentos dos inquiridos. As respostas revelam deficiências de literacia relacionadas com vários conceitos importantes para tomar decisões financeiras - o que também tinha sido possível depreender da análise já efectuada à parte do questionário sobre atitudes e comportamentos.

Questionados sobre o conceito de Euribor, apenas 9% dos inquiridos respondem com rigor e apenas 17% revelam saber o significado do *spread* que incide sobre uma taxa de juro de referência.

Embora a maioria dos inquiridos (73%) saibam correctamente identificar o saldo num extracto de conta, apenas 46% demonstram saber calcular esse saldo após uma simples operação de débito da conta ou têm noção do conceito de descoberto bancário. Os resultados são também menos positivos na avaliação do grau de risco de produtos financeiros.

Os resultados são mais satisfatórios no que respeita aos conhecimentos sobre a relação entre a taxa de juro e a taxa de inflação e sobre a responsabilidade individual pelo pagamento de um empréstimo contraído em conjunto com outra pessoa.

Os resultados sobre a compreensão financeira evidenciam em geral uma correlação positiva com o nível de ensino: os inquiridos com estudos universitários revelam desempenhos superiores.

Salienta-se que o número de respostas incorrectas ao questionário (em vez da alternativa “não sabe”) poderá indicar que os inquiridos sobreavaliaram os seus próprios conhecimentos financeiros. Esta conclusão é, aliás, semelhante à verificada nos inquéritos efectuados noutros países.

Primeiras conclusões

O inquérito tornou possível identificar necessidades de promoção da literacia financeira que são transversais a todos os segmentos populacionais (não obstante os melhores resultados obtidos nos inquiridos que possuem estudos universitários). A estratificação da amostra e a repartição de perguntas por áreas temáticas permitem identificar os segmentos da população e os temas em que se verificam as lacunas mais significativas, o que permitirá direccionar melhor a actividade futura do Banco de Portugal neste domínio.

Deve ser considerado prioritário sensibilizar a população para a importância da poupança, como forma de acumulação da riqueza necessária à satisfação de objectivos de longo prazo, e não apenas para fins imediatos.

Foram igualmente detectadas necessidades de formação quanto às possíveis aplicações da poupança.

No que se refere ao acesso ao crédito, é importante sensibilizar a população para a adequada avaliação dos empréstimos com base na totalidade dos encargos que lhe estão associados e também no perfil temporal das responsabilidades assumidas, em detrimento da óptica de curto prazo, que tende a realçar o valor da prestação mensal.

É igualmente importante sensibilizar a população para a necessidade de comparação e avaliação prévias dos produtos e serviços bancários, com base em critérios objectivos.